

Atitudes face à divisão do trabalho familiar em Portugal em 2002 e 2014: mudanças e continuidades

Ramos, Vasco; Rodrigues, Leonor Bettencourt; Correia, Rita B.

Veröffentlichungsversion / Published Version

Zeitschriftenartikel / journal article

Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

Ramos, V., Rodrigues, L. B., & Correia, R. B. (2019). Atitudes face à divisão do trabalho familiar em Portugal em 2002 e 2014: mudanças e continuidades. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 90, 95-112. <https://doi.org/10.7458/SPP20199015528>

Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer CC BY Lizenz (Namensnennung) zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den CC-Lizenzen finden Sie hier:

<https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/deed.de>

Terms of use:

This document is made available under a CC BY Licence (Attribution). For more information see:

<https://creativecommons.org/licenses/by/3.0>

ATITUDES FACE À DIVISÃO DO TRABALHO FAMILIAR EM PORTUGAL EM 2002 E 2014

Mudanças e continuidades

Vasco Ramos

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de LisboaLisboa, Portugal

Leonor Bettencourt Rodrigues

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal

Rita B. Correia

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal

Resumo Este artigo pretende analisar a evolução das atitudes face à divisão conjugal do trabalho em Portugal, entre 2002 e 2014. Um dos objetivos centrais é o de aferir em que medida a evolução observada corresponde a uma modernização das atitudes. Avaliam-se igualmente as hipóteses de uma complexificação dos padrões atitudinais ou, em alternativa, de uma cristalização em torno de padrões atitudinais dicotómicos. Para tal foi efetuada uma análise comparativa das atitudes dos portugueses aferidas nos módulos Família e Género do ISSP (International Social Survey) em dois períodos distintos — 2002 e 2014 — sendo, de seguida, avançados alguns fatores explicativos para os padrões atitudinais encontrados. Mas se os padrões atitudinais encontrados em 2002 sofrem em 2014 uma evolução inequívoca, é também clara alguma incongruência nas atitudes dos portugueses em relação à conciliação do trabalho com a família, especialmente quando existem filhos pequenos. Estes e outros resultados são analisados à luz das especificidades do contexto socioeconómico português no período analisado e dos contributos de alguma investigação recente sobre as questões de género nas atitudes dos portugueses.

Palavras-chave: atitudes, representações sociais, divisão do trabalho, género, Portugal

Abstract This article seeks to analyse how attitudes towards the couple division of labour in Portugal evolved between 2002 and 2014. One of its primary goals is to gauge the extent to which that evolution represents a modernisation of attitudes. It also assesses the probability that the evolution constituted a complexification of attitude patterns, or alternatively a crystallisation around dichotomic ones. To this end the authors performed a comparative analysis of the Portuguese attitudes reported in the ISSP (International Social Survey) Family and Gender modules for two distinct periods – 2002 and 2014. They then suggest some factors that may explain the patterns that were observed. However, while the attitude patterns found in 2002 had unequivocally evolved by 2014, it is also clear that there is a certain incongruence in Portuguese attitudes towards reconciling work and family, especially when there are small children. These and other results are analysed in the light of both the specificities of the Portuguese socioeconomic context during the period under analysis and the contributions made by some recent research on gender-related questions in the attitudes of Portuguese people.

Keywords: attitudes, social representations, division of labour, gender, Portugal

Résumé Cet article analyse l'évolution des attitudes face à la répartition des tâches au sein du couple au Portugal, entre 2002 et 2014. L'un des objectifs centraux est de vérifier dans quelle mesure l'évolution observée se traduit par une modernisation des attitudes. L'article évalue également les hypothèses d'une complexification des différentes attitudes ou, en alternative, d'une cristallisation autour d'attitudes dichotomiques, à partir d'une analyse comparative des attitudes des portugais révélées par les modules Famille et Genre de l'ISSP (International Social Survey) sur deux périodes distinctes. Plusieurs facteurs sont ensuite avancés pour expliquer les différentes attitudes observées. Si l'évolution entre 2002 et 2014 est incontestable, il y a clairement un certain contraste dans les attitudes des portugais par rapport à la conciliation travail-famille, surtout lorsqu'il y a de jeunes enfants. Les résultats sont analysés à la lumière du contexte socioéconomique portugais sur la période étudiée et des contributions de la recherche récente sur les questions de genre dans les attitudes des portugais.

Mots-clés: attitudes, représentations sociales, répartition des tâches, genre, Portugal

Resumen Este artículo pretende analizar la evolución de las actitudes frente a la división conyugal del trabajo en Portugal, entre 2002 y 2014. Uno de los objetivos centrales es el de evaluar en qué medida la evolución observada corresponde a una modernización de las actitudes. Igualmente, se evalúan las hipótesis de una complejidad de los patrones actitudinales o, alternativamente, de una cristalización en torno de patrones actitudinales dicotómicos. Para tal, fue efectuado un análisis comparativo de las actitudes de los portugueses valoradas en los módulos Familia y Género del ISSP (International Social Survey) en dos periodos distintos – 2002 y 2014 – siendo, en seguida, presentados algunos factores explicativos para los patrones actitudinales encontrados. Pero los patrones actitudinales encontrados en 2002 sufren en 2014 una evolución evidente, como también es clara alguna incongruencia en las actitudes de los portugueses en relación a la conciliación del trabajo con la familia, especialmente cuando existen hijos pequeños. Estos y otros resultados son analizados a la luz de las especificidades del contexto socioeconómico portugués en el periodo analizado y de las contribuciones de alguna investigación reciente sobre las cuestiones de género en las actitudes de los portugueses.

Palabras-clave: actitudes, representaciones sociales, división del trabajo, género, Portugal

Introdução

As desigualdades de género na divisão do trabalho pago e não pago são um tema central tanto para a sociologia da família como para a sociologia das relações de género. No contexto europeu, ao longo das últimas décadas, a questão constituiu-se também como uma dimensão nuclear para as políticas sociais dos estados. Os fatores que para isso contribuíram são conhecidos: o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, integrado no movimento de expansão da população ativa e de promoção da igualdade de género no trabalho; a manutenção das assimetrias de género na divisão do trabalho doméstico, a despeito do aumento do número de casais de duplo emprego, o que gera problemas na conciliação entre vida profissional e familiar e a sobrecarga feminina (na chamada “dupla jornada”); o debate acerca da relação entre modelos de divisão familiar do trabalho e a evolução demográfica das sociedades, num quadro marcado pela baixa fecundidade e pelo envelhecimento populacional (Aboim, 2010; Crompton, Brockmann e Lyonette, 2005; Ferreira, 2010; Torres, Coelho e Cabrita, 2013; Wall, 2007).

Neste artigo propomos uma análise das mudanças nas atitudes face aos papéis de género e, em particular, relativamente à divisão familiar do trabalho ocorridas ao longo da última década. Para tal, retomamos e atualizamos a análise desenvolvida por Wall (2007) relativamente ao contexto português. Contrariando esquematismos simplistas que, quase por inerência, localizavam Portugal no contexto da “Europa do Sul”, essa análise assentou na leitura de três dimensões teoricamente relevantes (sob a forma de índices): as atitudes em relação à divisão do trabalho pago; as atitudes face à divisão do trabalho não pago; as atitudes em relação a emprego e maternidade. Esta estratégia metodológica assentou numa leitura “desdobrada”: por um lado, permitiu reconhecer quais as representações predominantes em Portugal; por outro lado, identificou cinco padrões atitudinais face à divisão familiar do trabalho.

Em termos globais, os resultados revelavam a especificidade do contexto português no quadro europeu, patente numa ímpar combinação de aspetos

modernistas com outros mais conservadores. Entre os aspetos mais modernos destacava-se: o favorecimento do modelo de duplo emprego no casal e a rejeição maioritária do padrão do homem provedor e da mulher cuidadora; e uma atitude francamente favorável ao incremento da participação masculina na vida familiar. Em sentido contrário, as atitudes face ao trabalho feminino a tempo inteiro, quando equacionada a presença de filhos pequenos, desvelaram o traço mais conservador e maternalista da população portuguesa. Procurando ir para lá da dicotomia entre o *modelo tradicional do homem-provedor / mulher cuidadora* e o *modelo moderno do duplo emprego / duplo cuidar*, a identificação de cinco padrões permitiu uma leitura matizada de configurações particulares entre elementos modernos e tradicionais (*tradicional forte, tradicional forte modificado, moderno maternidade forte, moderno moderado, moderno forte*).

Em nosso entender, volvida mais de uma década, o tema da divisão conjugal do trabalho merece ser revisitado. Essa recontextualização impõe-se não só em função da imparável dinâmica da mudança social e demográfica, mas também tendo como pano de fundo as medidas legislativas, aprovadas ou alvo de discussão em Portugal ao longo dos últimos anos, e que são passíveis de ter produzido impactos não só na organização familiar do trabalho pago e dos cuidados, como também na forma como a mesma é socialmente compreendida e regulada. Referimo-nos, nomeadamente, às alterações no regime de proteção social da parentalidade, com a introdução de licenças parentais exclusivas para os pais e da bonificação da licença parental no caso de partilha entre progenitores; às medidas de política de emprego para as profissões significativamente afetadas por discriminação de género (as quotas); mas também à despenalização da interrupção voluntária da gravidez e ao acesso ao casamento (e posteriormente à adoção) por parte de casais do mesmo sexo.

Nos debates científicos contemporâneos sobre a relação entre a vida familiar, o trabalho e o género, alguns autores têm acentuado o papel das políticas públicas, por exemplo, nas diferenças entre países em termos das taxas de emprego feminino, nas taxas de cobertura das creches ou nas modalidades de licença parental (Crompton e Lyonette, 2006; Esping-Andersen, 1999; Moss e Deven, 2015; Wall e Escobedo, 2011). Outros autores consideram essa explicação parcial, argumentando que as desigualdades de género na divisão do trabalho não pago e na organização dos cuidados radicam também em modelos culturais de família distintos (oscilando entre culturas tendencialmente mais igualitárias a norte e mais servis a sul) (Pfau-Effinger, 2010), assim como em crenças enraizadas acerca da maternidade (Charles e Cech, 2010).

Segundo este ponto de vista, as próprias culturas (enquanto conjunto de disposições hegemónicas num determinado espaço sociocultural) evoluem de formas diferenciadas, em função do *timing* e do sentido da mudança económica e social, o que produz impactos significativos no modo como as atitudes face ao emprego feminino e ao trabalho não pago (incluindo o cuidado das crianças em idade pré-escolar) se vão reconfigurando (Pfau-Effinger, 2005; Pfau-Effinger, 2012). Nalguns contextos, essa mudança é impulsionada por dinâmicas ou movimentos sociais que são independentes das políticas públicas e que até as ultrapassam. Noutros

casos, é a introdução de medidas que fomenta mudanças nas atitudes e nos comportamentos.

Esta perspetiva parece-nos útil para enquadrar os desenvolvimentos e a especificidade do caso português no contexto europeu. De facto, a emergência de um padrão de *duplo emprego* resultou da necessidade material e do contexto sociopolítico do terceiro quartel do século XX (em particular da Guerra Colonial, do êxodo rural e da industrialização). Esse movimento colocou em causa a divisão estrita de papéis de género segundo um modelo tradicional de família, assente numa conceção patriarcal da organização da sociedade. Mas a entrada das mulheres no mercado de trabalho não foi acompanhada pela suficiente criação de estruturas de suporte (creches, etc.), nem da instituição de alternativas de trabalho parcial para homens e mulheres, nem tão-pouco de incentivos à participação masculina no trabalho não pago e nos cuidados, em proporção equivalente à desempenhada pelas mulheres. Este será um dos motivos pelos quais a participação feminina na esfera pública permanece associada a atitudes contraditórias e culpabilizantes, sobretudo na presença de filhos em idade pré-escolar. Vale a pena considerar aqui também a centralidade das crianças na identidade pessoal e na organização familiar na sociedade portuguesa (Cunha, 2007; Gouveia, 2014). Por outro lado, tem sido observado que o recente estímulo ao aumento da participação masculina na vida familiar (em particular os desenvolvimentos nas licenças de parentalidade) tem não só um potencial transformador nos significados associados à paternidade, como da própria participação masculina nos cuidados às crianças pequenas (Wall *et al.*, 2016; Wall e Leitão, 2016a, 2016b).

Mas, se é certo que uma primeira leitura dos dados desta vaga do ISSP identificou um amplo suporte à introdução de medidas pró-igualitárias no trabalho ou à extensão e partilhas das licenças (Ramos, Atalaia e Cunha, 2016), essa análise também colocou em evidência quão acentuadas são as clivagens etárias relativamente aos ideais de divisão conjugal do trabalho, bem como a temas como a interrupção voluntária da gravidez ou ao casamento e adoção por parte de pessoas do mesmo sexo. Efetivamente, o *tempo social* é um elemento essencial para a compreensão das atitudes e representações sociais (Elder, 1994). Em qualquer caso, uma (relativa) consistência nas atitudes dos diferentes grupos etários não dissimula nem a existência de efeitos de ciclo de vida, nem a relação entre representações e condições materiais de existência.

O artigo está estruturado em quatro partes. Na secção subsequente é apresentada a metodologia adotada, nomeadamente a origem dos dados quantitativos, os indicadores disponíveis e os procedimentos utilizados na construção dos índices atitudinais. Posteriormente apresentam-se os principais resultados sendo dada particular atenção à comparação entre 2002 e 2014. Na secção seguinte adiantam-se alguns fatores explicativos para os padrões atitudinais encontrados e, na última secção discutimos os resultados avançando algumas hipóteses explicativas, tendo em conta as especificidades do contexto socioeconómico português no período analisado e os contributos de alguma investigação existente sobre as questões género nas atitudes dos portugueses.

Metodologia

A análise realizada baseia-se em dados recolhidos no âmbito do International Social Survey Programme (ISSP). O inquérito de 2012, recolhido em Portugal durante o ano de 2014, incluiu o módulo “Família e Mudança nos Papéis de Género IV” e propôs-se observar as mudanças nas relações sociais de género, situando a análise no âmbito da vida familiar e da sua articulação com a vida profissional. Adicionalmente, o módulo incluiu pela primeira vez questões sobre as atitudes relativamente às licenças parentais para os pais trabalhadores. Os dados permitiram perceber diferentes dimensões das preferências dos portugueses sobre licenças parentais, nomeadamente sobre a duração da licença e a partilha do tempo de licença entre os pais.

Os participantes foram selecionados aleatoriamente e constituíram uma amostra representativa da população com pelo menos 18 anos de idade, residentes em domicílios particulares em Portugal Continental, tendo sido entrevistados 1001 homens e mulheres. Foi criado um fator de ponderação com base na distribuição da população em termos de sexo, idade e nível de escolaridade, a fim de corrigir eventuais enviesamentos de amostra.

Tendo como objetivo operacionalizar os conceitos “construção social do trabalho pago”, “construção social do trabalho não pago” e “construção social da relação entre emprego e maternidade”, foram criados três índices (com valores entre 1 — atitudes mais tradicionais e 5 — atitudes mais modernas):

O *índice relativo à divisão do trabalho pago* foi construído a partir das respostas individuais a quatro indicadores. Os primeiros dois procuram perceber as atitudes face ao papel da mulher empregada (por contraste com o seu papel de mãe e dona de casa). Os dois seguintes dizem respeito à divisão do trabalho pago no casal (mais centrada no duplo emprego ou mais centrada no modelo tradicional do ganha-pão masculino). Nesse sentido, os indicadores selecionados para a criação do *índice relativo a divisão do trabalho pago* foram os seguintes:

- Está certo que a mulher trabalhe, mas o que a maior parte das mulheres realmente quer ter é um lar e filhos.
- Ser dona de casa/doméstica e tão gratificante como ter um emprego.
- Marido e mulher devem ambos contribuir para o rendimento do agregado familiar.
- Compete ao homem ganhar dinheiro e a mulher cuidar da casa e da família.

O *índice relativo a divisão do trabalho não pago* foi construído a partir das respostas individuais a dois indicadores que dizem respeito às atitudes face ao aumento da participação do homem em dois tipos de trabalho não pago: as tarefas domésticas e os cuidados prestados às crianças. Os indicadores considerados foram os seguintes:

- Os homens deviam participar mais nas tarefas domésticas do que participam atualmente.
- Os homens deviam tomar mais conta dos filhos do que tomam atualmente.

O *índice relativo à relação entre emprego e maternidade* foi construído a partir de três indicadores relativos às atitudes face ao impacto do emprego feminino na maternidade, nos cuidados femininos prestados a crianças pequenas e na vida familiar em geral. Este índice procura captar até que ponto os indivíduos defendem o papel feminino associado a uma função procriadora e cuidadora, de génese inata e ao primado do bem-estar dos filhos. Nesse sentido, os indicadores considerados para a criação do *índice relativo à relação entre emprego e maternidade* foram os seguintes:

- Uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação tão carinhosa e sólida com os filhos como uma mãe que não trabalha fora de casa.
- É provável que uma criança pequena (até ir para a escola) sofra se a mãe trabalhar fora de casa.
- Bem vistas as coisas, a vida familiar é prejudicada quando a mulher trabalha fora de casa a tempo inteiro.

Seguidamente procurou-se identificar padrões atitudinais que, na prática, são diferentes conjugações dos índices face ao *trabalho pago*, ao *trabalho não pago* e à *relação entre emprego e maternidade*. Para a identificação desses padrões recorreu-se a uma análise de *clusters* hierárquicos (método de Ward). Para a amostra de 2014, este procedimento permitiu identificar os cinco padrões atitudinais já identificados por Wall (2007) relativamente à amostra de 2002. Definidos ao longo de um eixo que vai do mais tradicional ao mais moderno, esses padrões são: o *tradicional forte*; o *tradicional forte modificado*; o *ambíguo*; o *moderno moderado*; e o *moderno forte*.

A análise que se segue começa pela descrição e caracterização dos padrões atitudinais. De seguida, é apresentada uma comparação entre os dois momentos temporais (2002 e 2014) e por fim identificam-se alguns preditores relevantes para cada padrão, recorrendo a análises de regressão logística.

Resultados

Em 2014, o padrão *tradicional forte* caracteriza-se por valores superiores ao ponto médio da escala (2,5 na escala de 1 a 5) na divisão do trabalho pago e valores abaixo do ponto médio da escala na divisão do trabalho não pago e no emprego e maternidade. Nesse sentido, incluem-se neste padrão os indivíduos que têm uma atitude que nem é favorável nem é desfavorável à divisão igualitária do trabalho pago e que têm uma atitude desfavorável e tradicional face à divisão conjugal das tarefas domésticas e à participação da mulher no mercado de trabalho quando há filhos pequenos no agregado familiar.

O padrão *tradicional forte modificado* apresenta valores que traduzem uma atitude desfavorável face à divisão conjugal do trabalho pago, subentendendo-se o tradicional modelo de ganha-pão masculino, reforçado em contexto da maternidade. Todavia esta visão tradicional face ao trabalho pago é conjugada com uma visão moderna favorável à divisão conjugal do trabalho não pago.

O padrão *ambíguo* corresponde à conjugação de atitudes favoráveis tanto ao trabalho pago como ao trabalho não pago, com atitudes desfavoráveis face à importância primordial da mulher no cuidado e educação aos filhos, questionando a pertinência da participação no mercado de trabalho nessa fase da vida. Assim, a modernidade atitudinal que concebe na generalidade o papel igualitário das responsabilidades de homens e mulheres no mercado de trabalho e nas tarefas domésticas da vida familiar, revela-se pouco sólida, revelando ambiguidade quando a divisão do trabalho pago é analisada no contexto da maternidade.

O padrão *moderno moderado* e o *moderno forte* surgem em contraste e apresentam valores atitudinais acima da média em todos os indicadores. No entanto, o padrão *moderno forte* destaca-se pelos valores médios particularmente elevados nas atitudes face à divisão do trabalho pago, numa forte rejeição do modelo tradicional de homem provedor / mulher cuidadora.

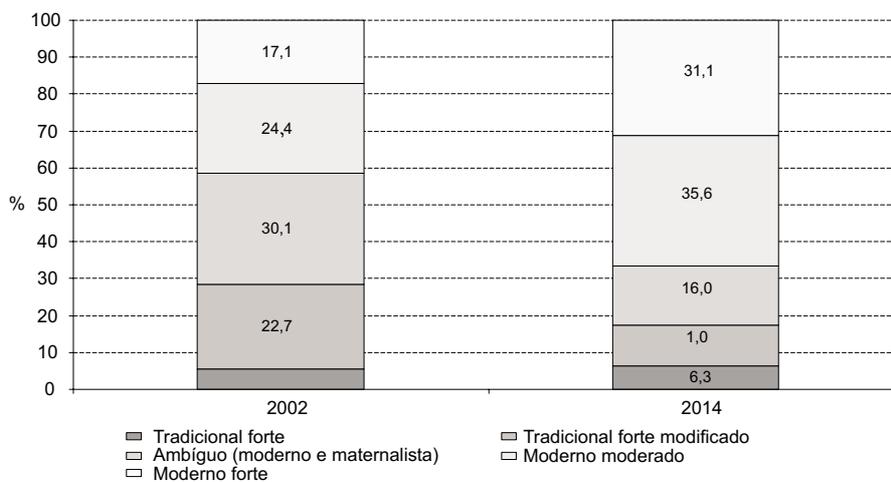
Apesar da semelhança nos padrões identificados em 2014 com os verificados em 2002, observa-se uma evolução na representatividade e prevalência relativa que cada um desses padrões assume na amostra (figura 1).

Em 2002 os padrões prevaletentes foram o *moderno moderado* e o *ambíguo*; os menos representativos foram o *tradicional forte* e o *moderno forte*. Em 2014 manteve-se o predomínio do *moderno moderado*, seguido do *moderno forte*, enquanto os padrões mais tradicionais (*tradicional forte* e *tradicional forte modificado*) foram os que apresentaram menor representatividade. As diferenças observadas em termos proporcionais traduzem, entre 2002 e 2014, o aumento da percentagem dos padrões modernos, e em particular do *moderno forte* (variação positiva de 14 p.p. que representa um aumento 81,9% — ver quadro 1); e a diminuição para cerca de metade do padrão *ambíguo* (variação negativa de 14 p.p. que representa uma diminuição de 46,8%) e do padrão *tradicional forte modificado* (variação negativa de 11,7 p.p. que representa uma diminuição de 51,5%).

A análise do quadro 2 permite uma caracterização mais aprofundada de cada um dos padrões identificados e da evolução observada entre 2002 e 2014. De facto, como seria expectável, constata-se que o grau de concordância com as afirmações “Está certo que a mulher trabalhe, mas o que a maior parte das mulheres realmente quer é um lar e filhos” e “Compete ao homem ganhar dinheiro e à mulher cuidar da casa e da família”, que compõem o índice de divisão do trabalho pago, é mais forte nos padrões tradicionais. Em sentido oposto, as afirmações “Os homens deviam participar mais nas tarefas domésticas do que participam atualmente” e “Os homens deviam tomar mais conta dos filhos do que tomam atualmente”, que integram o índice da divisão do trabalho não pago, acolhem maior concordância entre aqueles que se situam nos padrões *ambíguo*, *moderno moderado* e *moderno forte*. Por fim, no que respeita aos itens do índice de emprego e maternidade, a afirmação “Uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação tão carinhosa e sólida com os seus filhos como uma mãe que não trabalha fora de casa” obtém maior concordância entre os indivíduos dos padrões modernos, enquanto o item “Uma criança pequena (até ir para a escola) pode sofrer se a mãe trabalhar fora de casa”, por estar redigido em sentido inverso do primeiro, apresenta maior concordância entre os indivíduos dos padrões tradicionalistas e ambíguo.

Quadro 1 Principais padrões atitudinais face à divisão familiar do trabalho

	Padrões atitudinais				3 índices - médias*					
	%		Variação 2002/2014		Índice de divisão de trabalho pago		Índice de divisão de trabalho não pago		Índice de emprego e maternidade	
	2002	2014	Δ^1	Δ^2	2002	2014	2002	2014	2002	2014
					$\alpha = 0,539$	$\alpha = 0,609$	$\alpha = 0,684$	$\alpha = 0,791$	$\alpha = 0,634$	$\alpha = 0,638$
Tradicional forte	5,6	6,3	0,7	12,5	3,22	3,31	2,42	2,41	2,67	2,76
Tradicional forte modificado	22,7	11,0	-11,7	-51,5	2,59	2,57	4,09	4,04	1,84	2,10
Ambíguo	30,1	16,0	-14,1	-46,8	3,63	3,65	4,50	4,53	2,20	2,47
Moderno moderado	24,4	35,6	11,2	45,9	3,14	3,19	3,93	3,90	3,07	3,15
Moderno forte	17,1	31,1	14,0	81,9	4,16	4,15	4,43	4,07	3,87	3,95
Total	100,0	100,0								
					F(4, 2075) = 592,60, $\rho < 0,001$, $\eta^2 = 0,533$		F(4, 2075) = 392,79 $\rho < 0,001$, $\eta^2 = 0,431$		F(4, 2075) = 971,80 $\rho < 0,001$, $\eta^2 = 652$	

 Δ^1 = variação absoluta Δ^2 = variação percentual**Figura 1** Principais padrões de atitudes em Portugal, 2002-2014

A este nível, sobressai a ambivalência das atitudes expressas pelos indivíduos classificados no padrão *ambíguo*: se, por um lado, apresentam uma atitude semelhante aos padrões modernos na divisão do trabalho não pago, concordando com a importância de os homens assumirem cada vez maiores responsabilidades no contexto doméstico; por outro lado, assumem uma atitude mais tradicional, que coloca em causa a participação da mulher no mercado de trabalho, quando existem

Quadro 2 Padrões atitudinais segundo alguns indicadores utilizados (índices e percentagem de concordância)

	Todos		Tradicional forte		Tradicional forte modificado		Ambíguo		Moderno moderado		Moderno forte	
	2002	2014	2002	2014	2002	2014	2002	2014	2002	2014	2002	2014
<i>Índice de divisão do trabalho pago (média)</i>	3,34	3,50	3,22	3,31	2,59	2,57	3,63	3,65	3,14	3,19	4,16	4,15
Está certo que a mulher trabalhe, mas o que a maior parte das mulheres realmente quer é um lar e filhos (%)	58,1	41,7	63,9	48,2	87,4	79,8	49,5	43,9	66,7	55,4	20,4	10,0
Compete ao homem ganhar dinheiro e à mulher cuidar da casa e da família (%)	30,7	23,5	44,3	33,9	69,3	72,5	15,1	11,9	31,9	26,9	1,1	6,1
<i>Índice de divisão do trabalho não pago (média)</i>	4,14	3,98	2,42	2,41	4,09	4,04	4,50	4,53	3,93	3,90	4,43	4,07
Os homens deviam participar mais nas tarefas domésticas do que participam atualmente (%)	86,2	83,7	15,0	4,8	78,5	83,5	98,2	99,4	89,8	91,2	93,0	83,1
Os homens deviam tomar mais conta dos filhos do que tomam atualmente (%)	86,6	79,7	10,0	6,6	88,7	79,8	95,7	97,4	88,7	83,1	89,7	81,2
<i>Índice de emprego e maternidade (média)</i>	2,65	3,15	2,67	2,76	1,84	2,10	2,20	2,47	3,07	3,15	3,87	3,95
Uma mãe que trabalha fora de casa pode ter uma relação tão carinhosa e sólida com os seus filhos como uma mãe que não trabalha fora de casa (%)	57,1	75,7	67,2	57,6	18,8	26,9	39,8	49,4	84,1	88,7	96,2	94,8
Uma criança pequena (até ir para a escola) pode sofrer se a mãe trabalhar fora de casa (%)	78,0	57,4	91,7	82,0	97,6	96,3	90,8	80,1	70,0	57,2	36,6	27,2

crianças no agregado familiar. Esta oposição face ao emprego das mulheres em caso de maternidade traduz-se em valores de atitude face à divisão do trabalho pago nesse contexto inferior ao ponto médio da escala.

Entre 2002 e 2014 também se observou: a diminuição generalizada do suporte às afirmações que não espelhem uma divisão igualitária do trabalho pago; um acréscimo da proporção de indivíduos que concorda com a necessidade de maior participação masculina nas tarefas domésticas e do cuidado (exceto nos padrões *tradicional forte* e *moderado forte*); e uma menor concordância face a afirmações que atribuem efeitos nefastos ao emprego feminino e nomeadamente nas implicações do mesmo na relação afetiva entre mães e filhos pequenos. Por outro lado, entre as duas vagas do ISSP, também se observa uma moderação tanto do padrão *moderno forte* como do *tradicional forte*, apesar de se manter a discordância, em cada um destes perfis, face à participação não igualitária, respetivamente, no mercado de trabalho e nas tarefas domésticas e de cuidados.

Com vista ao aprofundamento da caracterização dos padrões atitudinais, e no sentido de aproximarmos a análise dos comportamentos e das práticas dos portugueses, a figura 2 descreve a percentagem de concordância dos indivíduos de

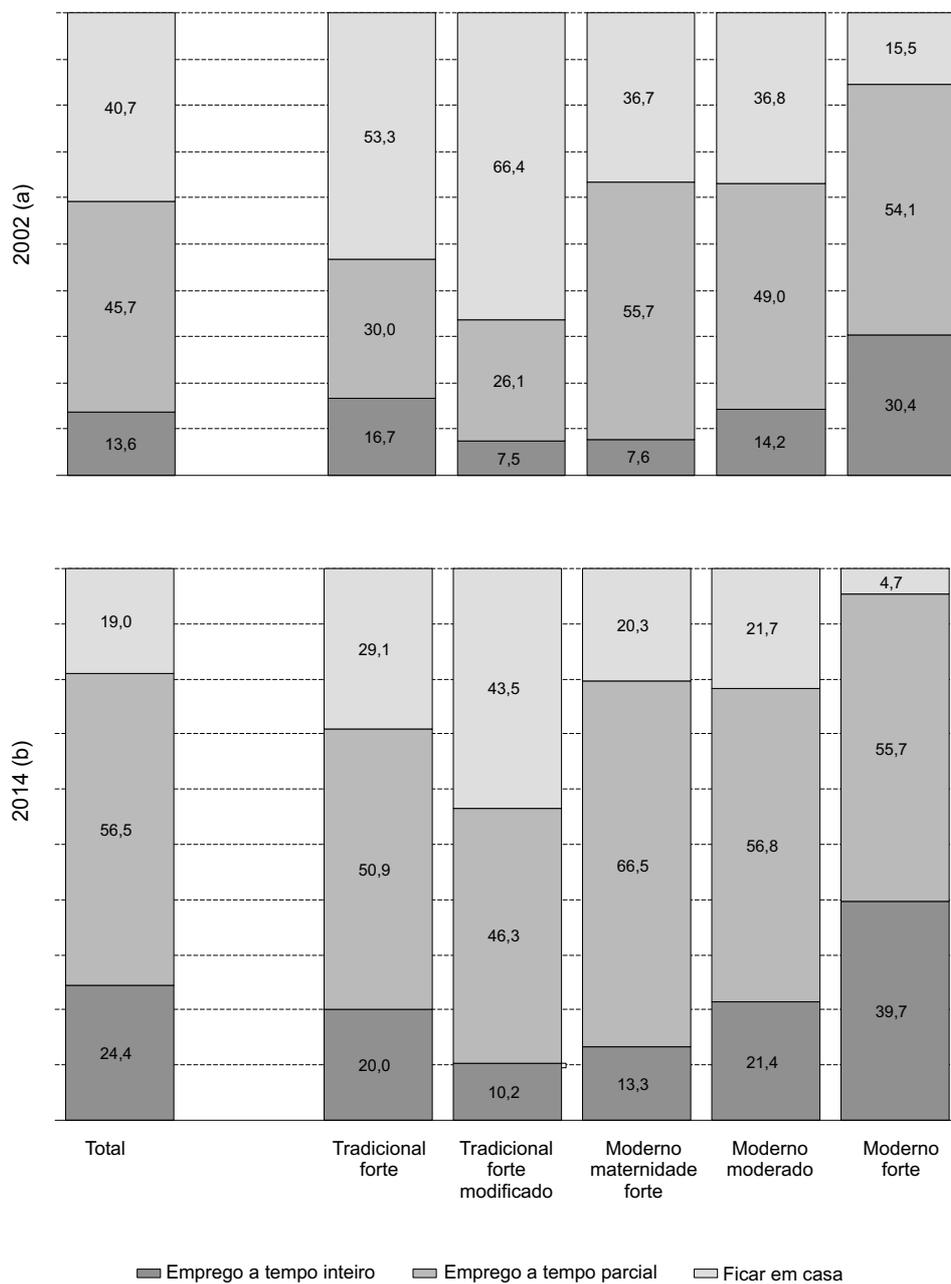


Figura 2 Principais padrões de atitudes por percentagem de concordância com “uma mulher com filhos em idade pré-escolar deve” ter “emprego a tempo inteiro”, ter “emprego a tempo parcial” ou “ficar em casa” (percentagem de concordância)

(a) $\chi^2(8) = 159,353$, $p < 0,001$; $\alpha = 0,360$

(b) $\chi^2(8) = 123,177$, $p < 0,001$; $\alpha = 0,336$

cada um dos cinco padrões atitudinais face àquela que deve ser a participação no mercado de trabalho “de uma mulher com filhos em idade pré-escolar”. Em 2014, a maioria — perto de metade — dos participantes de cada um dos padrões, considerava que “uma mulher com filhos em idade pré-escolar” devia ter um “emprego a tempo parcial”. Este resultado era já uma realidade em 2002 para os padrões *ambíguo*, *moderno moderado* e *moderno forte*, acentuando-se em 2014, especialmente no padrão *moderno moderado*. Já relativamente aos padrões tradicionais, trata-se de uma novidade que resulta da quase correspondente diminuição de concordância face à hipótese “ficar em casa”.

Adicionalmente, como seria de esperar, em 2014, e à semelhança do que se observava em 2002, a concordância dos diferentes padrões — quando ordenados em termos de uma escala tradicional-moderno — tende a ir aumentando face ao “emprego/trabalhar a tempo inteiro” e a ir diminuindo face à hipótese “ficar em casa”. A exceção surge nos padrões *tradicional forte modificado* e *ambíguo*: ambos apresentam uma percentagem baixa de concordância com o “emprego a tempo inteiro” de mulheres com crianças em idade escolar; todavia, diferenciam-se na percentagem de concordância com “ficar em casa”, que revela ser muito elevada no *tradicional forte modificado* e moderada no *ambíguo*.

Tendo em conta a possível discrepância entre as atitudes e os comportamentos e as práticas dos indivíduos, e a relevância que esta assume na análise da maturidade dessas atitudes, analisaram-se as práticas propriamente ditas a partir de outra das três dimensões que definem estes padrões — a divisão conjugal das tarefas domésticas. A figura 3 mostra que afinal, em 2014, a realização das tarefas domésticas, independentemente do padrão atitudinal, continua a ser maioritariamente assegurada pelas mulheres (valores entre os 62,5% e os 74,6%) ou por ambos (valores entre os 16,2% e os 25,6%). Apesar desta tendência comum, observa-se, como seria de esperar, que é no padrão *moderno forte* que a exclusividade da responsabilidade feminina na realização das tarefas domésticas é menor e, pelo contrário, é neste padrão que existe uma maior percentagem de casais que dividem entre o homem e a mulher essas tarefas — cerca de um quarto dos participantes deste padrão.

As principais diferenças observadas entre 2002 e 2014 na distribuição de cada um dos padrões por quem realiza as tarefas domésticas são: uma diminuição geral na percentagem de “sempre/habitualmente a mulher”, à exceção do padrão *moderno forte*, onde se observou, pelo contrário, um aumento da sobrecarga feminina; uma diminuição da delegação a outra pessoa, à exceção do padrão *tradicional forte*, onde se observa, pelo contrário, um ligeiro aumento; e um aumento generalizado da partilha de responsabilidades das tarefas domésticas no casal, em especial nos padrões tradicionais.

Na leitura destes resultados será relevante ter presente o período de crise económica que se viveu em Portugal durante o período em análise. Esse contexto justificará que em algumas franjas mais privilegiadas da população tenha diminuído a delegação dessas tarefas a outras pessoas — nomeadamente a empregadas domésticas. Em alguns casos, isso poderá ter produzido algum impacto, ainda que subtil, e contribuído para uma divisão menos desigual das tarefas domésticas no casal. No que respeita à proporção de homens que assumem a responsabilidade das

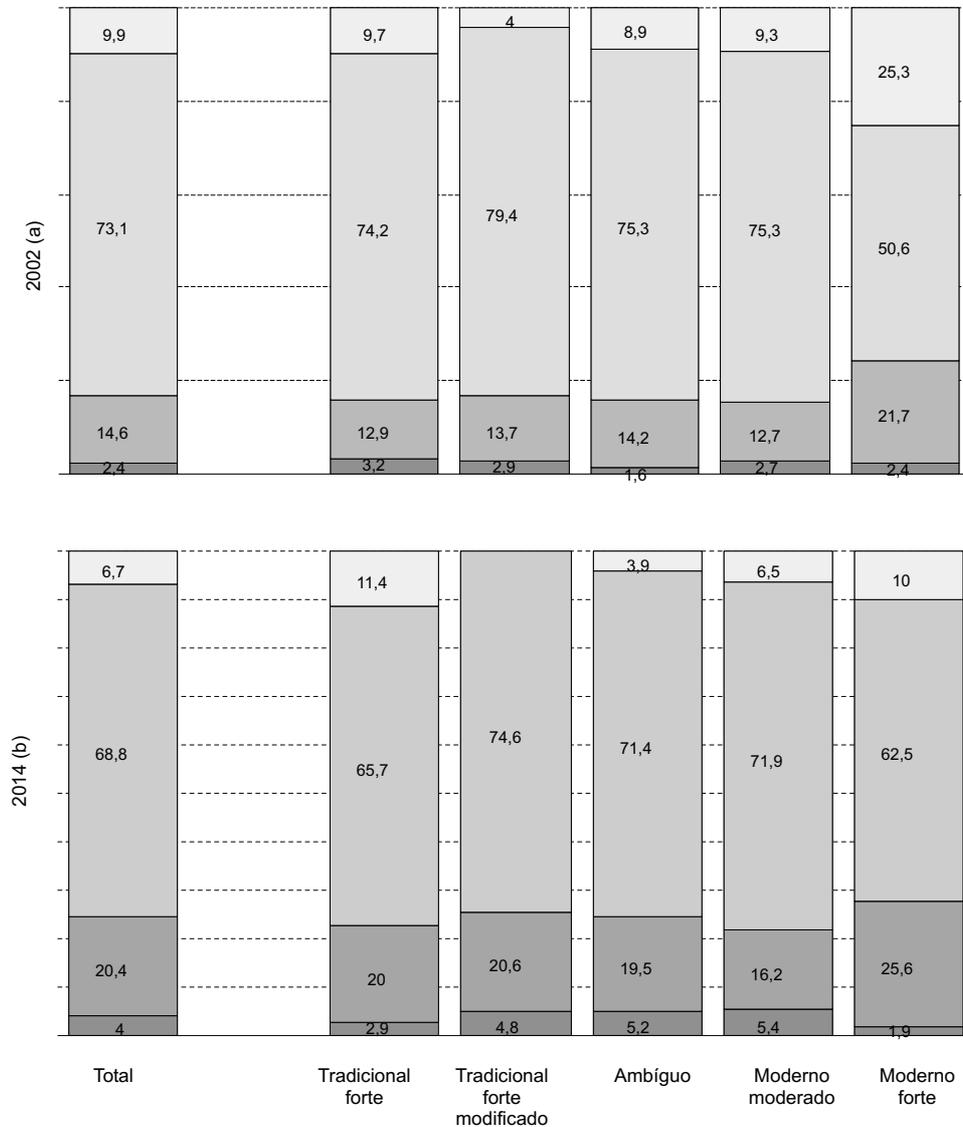


Figura 3 Padrões de atitudes da população até 50 anos de idade a viver em conjugalidade segundo a divisão das tarefas de limpeza da casa

(a) $\chi^2(12) = 37,54, p < 0,001$

(b) $\chi^2(12) = 17,41, n.s.$

tarefas domésticas no casal, observa-se uma tendência de aumento nos padrões *tradicional forte*, *ambíguo* e *moderno moderado*; e, pelo contrário, uma tendência de diminuição nos padrões dos extremos — *tradicional forte* e *moderno forte*.

Alguns fatores explicativos dos padrões atitudinais

Com o objetivo de compreender o impacto de diferentes fatores nos padrões atitudinais identificados, efetuámos regressões logísticas em relação a cada um dos padrões. Considerámos como variáveis independentes (preditoras) para esta análise um conjunto de indicadores demográficos (sexo, idade, escolaridade, número de crianças pequenas em casa) e a condição perante o trabalho individual e no casal.

O quadro 3 apresenta os fatores mais explicativos de cada padrão. Não obstante o baixo valor explicativo de cada modelo de regressão utilizado, as relações identificadas, não só revelam ser estatisticamente significativas, como são qualitativamente relevantes, pelo que se considera que a sua interpretação permite uma melhor compreensão dos padrões atitudinais identificados.

Como já descrito anteriormente, os padrões *moderno forte* e *moderno moderado* são aqueles que mais crescem entre os dois momentos analisados. Em 2014, os padrões modernos em conjunto incluem uma clara maioria dos inquiridos (63,7%). O padrão *moderno forte* é aquele em relação ao qual o modelo de regressão logística revelou resultados mais significativos, permitindo uma caracterização mais substantiva. Os indivíduos do sexo masculino têm uma probabilidade consideravelmente menor que as mulheres de pertencerem a este padrão ($1/0,07 = 14$ vezes). Embora os efeitos sejam menos acentuados, os outros fatores explicativos também se revelam significativos e fornecem pistas interpretativas interessantes: quanto maior a escolaridade, maior a probabilidade de pertencer a este padrão atitudinal; o mesmo se verifica quanto maior for o número de horas de trabalho semanal da mulher. Em sentido contrário, quanto maior a idade, menor a probabilidade de adesão a este padrão atitudinal.

Os modelos testados para o padrão *moderno moderado* obtiveram um poder explicativo muito inferior, apenas se revelando significativos no que diz respeito ao efeito da escolaridade, estando os níveis de escolaridade mais elevados distantes deste padrão atitudinal. Dito de outro modo, é possível dizer que os indivíduos com qualificações mais elevadas (por exemplo ao nível do ensino superior) estão menos próximos deste modelo do que relativamente ao padrão *moderno forte*.

Relativamente ao padrão *ambíguo* voltamos a observar um forte efeito de género: os homens apresentam uma probabilidade muito superior que a das mulheres de aderirem a este modelo. Como descrito anteriormente este é um padrão em que coexistem atitudes positivas face à divisão do trabalho doméstico e negativas face aos efeitos do trabalho feminino na família. Também importa salientar que a adesão a este padrão é maior entre os indivíduos a viver em casal (casados ou unidos de facto) do que entre outros grupos, e que é menor quanto maior for o número de horas semanais de trabalho feminino.

Quadro 3 Regressões sobre cinco padrões atitudinais

Tradicional forte				
	β	Wald	ρ	Odds
Horas semanais de trabalho pago masculino Nagelkerke $R^2 = 0,10$	0,035	25,61	0,000	1,04
Tradicional forte modificado				
	β	Wald	ρ	Odds
Sexo (homem ref.)	-0,434	4,05	0,044	0,65
Anos de escolaridade	-0,125	24,34	0,000	0,88
Situação profissional (próprio)	0,523	9,38	0,002	1,69
Nagelkerke $R^2=0,10$				
Ambíguo				
	β	Wald	ρ	Odds
Sexo (homem ref.)	4,38	9,49	0,002	79,21
Estado civil (casado/un. fact ref.)	0,17	5,07	0,024	1,19
Horas semanais de trabalho pago feminino Nagelkerke $R^2=0,07$	-0,048	4,07	0,044	0,95
Moderno moderado				
	β	Wald	ρ	Odds
Escolaridade (em anos) Nagelkerke $R^2=0,02$	-0,06	15,66	0,000	0,95
Moderno forte				
	β	Wald	ρ	Odds
Sexo (homem ref.)	-2,66	5,38	0,020	0,07
Anos de escolaridade	0,052	2,88	0,090	1,06
Horas semanais de trabalho pago feminino	0,072	7,91	0,005	1,08
Idade (em anos)	-0,030	8,50	0,004	0,97
Nagelkerke $R^2 = 0,18$				

No que diz respeito ao padrão *tradicional moderado* encontramos efeitos interessantes em termos de género, tendo os homens uma probabilidade muito inferior à das mulheres de aderirem a este padrão atitudinal. O mesmo se observa entre os indivíduos mais escolarizados relativamente aos menos escolarizados. Por fim, existe um efeito significativo da situação profissional dos inquiridos: têm maior probabilidade de aderir a este padrão aqueles que não se encontram a trabalhar (por exemplo desempregados, reformados) face aos que se encontravam empregados à data do inquérito.

Por último, a regressão logística realizada para o padrão *tradicional forte* revelou que, em 2014, as horas semanais de trabalho pago masculino tinham um impacto significativo neste padrão atitudinal, sendo os homens com mais horas de trabalho pago semanal os que apresentavam uma maior probabilidade de adesão a este padrão atitudinal.

Discussão dos resultados

A partir dos dados do módulo “Família e Mudança nos Papéis de Género IV” do ISSP, neste artigo pretendemos aferir em que medida se pode falar de modernização das atitudes face a estes domínios, avaliando simultaneamente as hipóteses da reconfiguração ou complexificação dos padrões atitudinais.

Em termos globais, os resultados revelam uma mudança clara no sentido de uma adoção de atitudes mais igualitárias na divisão do trabalho pago e não pago, com um aumento da percentagem dos inquiridos que correspondem a padrões *modernos*, e em particular ao padrão *moderno forte*, e a diminuição no padrão *ambíguo* e no padrão *tradicional forte modificado*. Em termos conceptuais esta evolução revela uma maior adesão ao modelo do duplo emprego e do duplo cuidado, embora no padrão *moderno moderado* persista alguma resistência relativamente ao trabalho pago feminino e à conjugação entre o emprego feminino e a maternidade.

Entre os fatores explicativos desta evolução deve ser salientado o papel das políticas públicas na promoção da igualdade de género. Em nosso entender, há efeitos positivos das políticas de conciliação, não obstante estas mantenham em alguns domínios eventual efeito “naturalizador”, quando dirigidas ou assumidas primordialmente pelas mães, presumindo que as necessidades de cuidado (amamentação, assistência na doença, etc.) correspondem ao seu papel de cuidadoras. Por outro lado, estas políticas criaram, a par da mudança geracional e da disseminação de mensagens igualitárias de promoção da igualdade de género, especialmente em relação ao trabalho, um contexto normativo forte que se reflete nas atitudes dos portugueses.

Sendo certo que as medidas políticas têm evoluído no sentido de criar condições para o incremento da participação masculina na vida familiar, em particular nos cuidados aos filhos pequenos, persiste ainda, em franjas da sociedade portuguesa, sobretudo entre indivíduos mais velhos e do sexo masculino, a ideia de que os cuidados às crianças e o trabalho doméstico constituem naturalmente atribuições femininas. Esse arquétipo é aliás muito forte, pois se a representação maioritária da mulher com igualdade plena de direitos é naturalmente positiva, ela não se transpõe direta ou necessariamente para um contexto real de práticas de partilha, nem no âmbito laboral (*e.g.*, persistência de desigualdades salariais — Rodrigues, Cunha e Wall, 2015), nem no âmbito privado (*e.g.*, persistência de desigualdade conjugal na partilha das tarefas domésticas e de cuidados — Wall *et al.*, 2016).

Efetivamente, os dados obtidos revelam, por exemplo, uma diminuição dos homens que assumem a responsabilidade das tarefas domésticas nos padrões tradicional e moderno forte. Eventualmente isso poderá resultar do abrandamento da crise económica e de um recuperar dos modelos de divisão das tarefas domésticas habitualmente utilizados, quer sejam aqueles que envolvem a sobrecarga da figura feminina, quer sejam aqueles que entregam essas tarefas a uma terceira pessoa paga para o efeito.

Para além disso, o contexto normativo de igualdade parece ser facilmente permeável ao efeito da maternidade e ao primado da criança, que prevalece na sociedade portuguesa contemporânea. Esse traço maternalista/familialista, que se caracteriza

pela ideia de que a mulher/mãe deve dedicar-se à vida familiar e ao cuidado, e que o trabalho a tempo inteiro permanece particularmente intenso no padrão *ambíguo* e no *tradicional forte modificado*. Face à presença simultânea de uma norma de igualitarismo (a mulher tem direito a plena igualdade) e de uma norma do valor da criança (a criança e os seus interesses devem estar sempre em primeiro lugar), os indivíduos com atitudes ambíguas têm dificuldade em resolver o conflito em que se encontram, manifestando atitudes compatíveis com uma e outra norma. Essa ambivalência pode ser entendida à luz da centralidade dos filhos na vida familiar e na identidade dos indivíduos, mas também da percepção de que recai sobre as mães uma maior responsabilidade. Já os indivíduos com atitudes mais tradicionais parecem fazer uso da dupla norma para defender a desigualdade de papéis nalguns domínios.

Todavia, os dados revelam que, mesmo entre os indivíduos com atitudes mais tradicionais, diminuiu a proporção daqueles que consideram que as mulheres com crianças pequenas não devem trabalhar e, pelo contrário, aumenta a proporção dos que defendem o emprego a tempo parcial. Para além disso, se a configuração atitudinal tradicionalista era maioritária entre a população (52,8%) em 2002, em 2014 a situação é distinta e essa configuração é agora claramente minoritária (27%). Os traços de conservadorismo manifestam-se em alguns casos de forma explícita — padrão *tradicional forte* — mas sobretudo através da configuração ambígua, predominantemente masculina, na presença de crianças pequenas (Ramos, Atalaia e Cunha 2016).

Os padrões *modernos* também não se revelam uniformes e evoluem de forma divergente. No caso do padrão *moderno moderado* mantêm-se as atitudes francamente favoráveis face à partilha do trabalho não pago, havendo agora atitudes ligeiramente mais favoráveis ao trabalho pago e ao emprego feminino a tempo inteiro de mães com filhos pequenos. O padrão *moderno forte* continua a caracterizar-se por atitudes francamente favoráveis face à divisão do trabalho pago e ao emprego feminino. Embora se mantenha um padrão de atitudes modernas face à divisão do trabalho não pago, estas são agora menos vincadas, possivelmente porque o alargamento da fatia populacional que se conforma a este padrão lhe conferiu maior heterogeneidade.

Por último, é evidente que estes resultados também são reflexo dos processos de mudança e substituição geracional. Ao longo destes 12 anos, acelerou-se o envelhecimento populacional, com a diminuição da fecundidade e o aumento da esperança média de vida, e a maior escolarização das gerações mais jovens, processos em relação aos quais estas mudanças atitudinais não são alheias. Estes processos de mobilidade estrutural configuram-se como metabolismos sociais próprios que, embora de forma gradual, transportam consigo novas atitudes e formas de ver o mundo. Essa é possivelmente uma das razões para a importância das variáveis demográficas nos modelos preditivos apresentados (nomeadamente, a idade e a escolaridade). De facto, a opção por padrões mais modernos está negativamente associada com a idade e positivamente associada com a escolaridade, enquanto que, se caminharmos no sentido da ambivalência, as variáveis que exigem gestão do tempo do casal (viver ou não em casal e as horas de trabalho feminino) passam a assumir maior poder explicativo.

Referências bibliográficas

- Aboim, Sofia (2010), "Gender cultures and the division of labour in contemporary Europe: a cross-national perspective", *The Sociological Review*, 58 (2), pp. 171-196.
- Charles, Maria, e Erin Cech (2010), "Beliefs about maternal employment", em Judith Treas e Sonja Drobnic (orgs.), *Dividing Domestic. Men, Women and Household Work*, Stanford, Stanford University Press, pp. 147-174.
- Crompton, Rosemary, Michaela Brockmann, e Clare Lyonette (2005), "Attitudes, women's employment and the domestic division of labour", *Work, Employment and Society*, 19 (2), pp. 213-233. Doi:10.1177/0950017005053168
- Crompton, Rosemary, e Clare Lyonette (2006), "Work-life 'balance' in Europe", *Acta Sociologica*, 49 (4), pp. 379-393. doi:10.1177/0001699306071680
- Cunha, Vanessa (2007), *O Lugar dos Filhos. Ideais, Práticas e Significados*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Elder, Glen H. (1994), "Time, human agency, and social-change: perspectives on the life-course", *Social Psychology Quarterly*, 57 (1), pp. 4-15.
- Esping-Andersen, Gøsta (1999), *Social Foundations of Postindustrial Economies*, Oxford, Oxford University Press.
- Ferreira, Virgínia (org.) (2010), *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal. Políticas e Circunstâncias*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Gouveia, Rita (2014). *Personal Networks in Portuguese Society. A Configurational and Lifecourse Approach*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, tese de doutoramento em Sociologia.
- Moss, Peter, e Fred Deven (2015), "Leave policies in challenging times: reviewing the decade 2004-2014", *Community, Work & Family*, 18 (2), pp. 137-144. Doi: 10.1080/13668803.2015.1021094
- Pfau-Effinger, Birgit (2005), "Culture and welfare state policies: reflections on a complex interrelation", *Journal of Social Policy*, 34 (01), pp. 3-20. Doi: 10.1017/S0047279404008232
- Pfau-Effinger, Birgit (2010), "Cultural and institutional contexts", em Judith Treas e Sonja Drobnic (orgs.), *Dividing Domestic. Men, Women and Household Work*, Stanford, CA, Stanford University Press, pp. 125-146.
- Pfau-Effinger, Birgit (2012), "Women's employment in the institutional and cultural context", *International Journal of Sociology and Social Policy*, 32 (9-10), pp. 530-543. Doi: 10.1108/01443331211257634
- Ramos, Vasco, Susana Atalaia, e Vanessa Cunha (2016), *Vida Familiar e Papéis de Género. Atitudes dos Portugueses em 2014*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Rodrigues, Leonor, Vanessa Cunha, Karin Wall (2015), *Policy Brief I— Homens, Papéis Masculinos e Igualdade de Género. Retrato Atual 2011/2014*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa / Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Torres, Anália, Bernardo Coelho, e Miguel Cabrita (2013), "Bridge over troubled waters: family, gender and welfare in Portugal in the European context", *European Societies*, 15 (4), pp. 535-556. Doi: 10.1080/14616696.2013.836403

- Wall, Karin (2007), "Atitudes face à divisão familiar do trabalho em Portugal e na Europa", em Karin Wall e Lúcia Amâncio (orgs.), *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 211-257.
- Wall, Karin, Vanessa Cunha, Susana Atalaia, Leonor Rodrigues, Sónia Correia, e Rodrigo Rosa (2016), *Principais Conclusões e Recomendações do Livro Branco (Policy Brief III. Homens e Igualdade de Género em Portugal)*. [Policy Brief III – Main Conclusions and Recommendations of the White Book. Men and Gender Equality in Portugal], Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa / Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Wall, Karin, e Anna Escobedo (2011), "Portugal and Spain: two pathways in southern Europe", em Peter Moss e Sheila Kamerman (orgs.), *The Politics of Parental Leave Policy. Children, Parenting, Gender and the Labour Market*, Bristol, The Policy Press, pp. 207-226.
- Wall, Karin, e Mafalda Leitão (2016a), "Fathers on leave alone in Portugal: lived experiences and impact of forerunner fathers", em Margaret O'Brien e Karin Wall (orgs.), *Comparative Perspectives on Work-Life Balance and Gender Equality Fathers on Leave Alone*, Berna, SpringerOpen, pp. 45-67.
- Wall, Karin, e Mafalda Leitão (2016b), "Le congé paternel au Portugal: une diversité d'expériences", *Revue des Politiques Sociales et Familiales*, 122, pp. 33-50.

Vasco Ramos. Sociólogo, investigador de pós-doutoramento, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
E-mail: vasco.ramos@ics.ulisboa.pt

Leonor Bettencourt Rodrigues. Psicóloga social, investigadora de pós-doutoramento, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
E-mail: leonor.rodrigues@ics.ulisboa.pt

Rita B. Correia. Psicóloga social, doutoranda no ISCTE-IUL, Investigadora no Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa Lisboa, Portugal.
E-mail: rita.correia@ics.ulisboa.pt

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos de pós-doutoramento SFRH/BPD/116221/2016 e SFRH/BPD/116399/2016.

Receção: 23 de novembro de 2017 Aprovação: 27 de setembro de 2018